

OBSERVATÓRIO DENUNCIA 'FARRA DAS MÁSCARAS' NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Em representação encaminhada ao Ministério Público Estadual (MP-MT), o Observatório Social aponta que a Assembleia Legislativa comprou 270 mil máscaras descartáveis por preços supostamente acima dos praticados no mercado e com qualidade duvidosa. Segundo a denúncia, a AL pagou R\$ 2,50 em máscaras piores do que as que são vendidas por R\$ 1 no varejo. Além disso, a organização questiona a distribuição das máscaras no período em que a Assembleia estava fechada para o público

PÁG. 3

Começa a faltar cerveja nos supermercados de MT

Está faltando cerveja em supermercados de Mato Grosso. A ausência de algumas marcas começou a ser relatada por donos de lojas no último final de semana. O cenário ocorre devido à escassez de embalagens confeccionadas pelas indústrias, que, neste período pós-quarentena, tem sofrido com a falta de matéria prima. Desde o início do mês, a falta de alumínio no mercado ficou mais evidente e já afeta a produção de cerveja em todo país

PÁG. 7

MAURO CRIA PROGRAMA PARA EX-REEDUCANDOS

Mayke Toscano/Secom-MT

O governador Mauro Mendes (DEM) pretende criar um programa para estimular a reinserção de ex-reeducandos no mercado de trabalho. Batizado de 'Reinserir', o programa prevê que as empresas que contratarem egressos do sistema prisional terão direito a receber um subsídio de meio salário mínimo por profissional. A proposta foi encaminhada à Assembleia

PÁG. 4



Fernanda garante que Bolsonaro deu aval a aliança com Pivetta

A candidata Coronel Fernanda (Patriota), que disputa uma vaga no Senado pelo Patriota, diz que conversou com o presidente Jair Bolsonaro antes de receber o apoio do vice-governador Otaviano Pivetta. O gesto tem sido criticado porque Pivetta era uma das principais lideranças do PDT em Mato Grosso, partido de esquerda que faz oposição a Bolsonaro

PÁG. 5

Botelho ataca Abílio e vê França no 2º turno

PÁG. 4

PLANO DE GOVERNO

Montagem



VEJA AS PROPOSTAS DE AÉCIO, JULIER, GILBERTO E PAULO PARA PREFEITURA DE CUIABÁ

(PÁG. 3, 4 E 5)

EDITORIAL

Vacina politizada

Um lampejo de esperança atingiu Mato Grosso na noite de terça-feira (20), mas foi rapidamente suplantado pelas trevas da ideologia. Movido pela urgência de dar resposta aos brasileiros sobre uma possível cura para o coronavírus, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, garantiu ao governador Mauro Mendes (DEM) que entregaria em janeiro as vacinas desenvolvidas pelo Instituto Butantan em parceria com o laboratório chinês Sinovac. Hoje, elas são as que estão em estágio mais avançado de testes e representam uma chance real de dar fim à pandemia.

Contudo, poucas horas depois, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o governo não

irá comprar a vacina chinesa, sob o pretexto de que o medicamento não tem comprovação científica. Comprovação essa que não foi necessária para receitar medicamentos cuja eficácia contra o coronavírus é negada até hoje pela ciência. O presidente diz que o povo brasileiro não pode ser cobaia da vacina chinesa, mas ela já está sendo testada em vários estados do país, inclusive em Mato Grosso, desde julho.

Caso passe nos testes científicos, bastante rigorosos e conduzidos por uma renomada instituição nacional (o Butantan), a Coronavac seria fabricada no Brasil. Além disso, só seria liberada após aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ou

seja, o governo brasileiro teria pleno conhecimento sobre o imunizante antes de distribuí-lo.

O governo federal, no entanto, já firmou um acordo bilionário com a Universidade de Oxford e o laboratório AstraZeneca para testagem da vacina britânica, incluindo uma promessa de compra de 100 milhões de doses do imunizante que está em estágio de testes menos avançado. Enquanto isso, da Sinovac seriam comprados apenas 46 milhões de doses.

Escondida sob o pretexto de 'comprovação científica' e defesa da soberania nacional está uma cruzada ideológica do governo brasileiro contra os chineses, tomando partido na briga do presidente Donald Trump com a China. Neste sentido, agora decidem politizar a vacina contra o coronavírus,

ignorando os mais de 154 mil mortos e 5,2 milhões de infectados brasileiros.

Além da cruzada ideológica contra os chineses, há um outro motivo por trás do veto à Coronavac. É que a testagem da tal vacina chinesa no Brasil teve início devido a uma articulação do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que pode se tornar um adversário de Bolsonaro nas eleições de 2022. Assim, dar espaço para que a vacina 'patrocinada' por Doria entre no Programa Nacional de Imunização (PNI) significa reconhecer um acerto de um adversário político. Novamente, a política prevalece sobre a saúde.

É preciso lembrar que foram os secretários estaduais de Saúde, por meio de seu conselho, o Conass, que pediram ao governo federal que considerasse a inclusão da vacina chi-



nesa no PNI. Aqueles que têm que lidar mais diretamente com as vidas perdidas na pandemia não têm tempo, e interesse, de politizar uma decisão tão importante como a imunização em massa da população, o que resultaria na vitória sobre o coronavírus.

Decisão tão importante não deveria ser tomada apenas com critérios políticos e ideológicos. É da vida de brasileiros que estamos falando. Este deveria ser o norte indesejável nas decisões das lideranças políticas.

Vidas pantaneiras importam

Wellington Fagundes (*)

O Pantanal já estava em chamas quando propusemos a criação da Comissão Temporária Externa do Senado. O fogo descontrolado tinha consumido 1/4 de todo o bioma. E, infelizmente, não parou por aí. A par das medidas adotadas para o combate aos incêndios, mais de 2,2 milhões de hectares se transformaram em cinzas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama/Prevfogo) em parceria com o Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais.

Mesmo com ações dos governos federal e dos estados, é preciso reconhecer que as chegaram com atraso. Os alertas da ciência não foram ouvidos, como deveria e por quem deveria. Brigadistas, bombeiros e voluntários, os que vivem no Pantanal e ainda aqueles para lá se deslocaram, em esforço e atitude heroica, se lançaram numa epopeia heroica. Mas, infelizmente, a guerra contra o fogo foi perdida.

É bom que se diga, até por justiça, que as condições climáticas não favorece-

ram e os recordes de incêndios florestais no Pantanal foram enfileirando mês após mês, assustando a todos.

A cena dantesca está posta. Resta-nos inaugurar uma fase de planejamento para que ano que vem, e os próximos quatro anos de severa estiagem prevista para a região, não se congratule com o que estamos vivendo nesse período, isto é, a destruição da fauna e da flora que consagraram o Pantanal como um dos mais importantes patrimônios naturais da humanidade, reconhecido com reserva da biosfera pela Organização das Nações Unidas. Que haja esse planejamento.

Importante ressaltar que no requerimento, de minha autoria, que criou a Comissão Temporária Externa, há entre os objetivos proposto "a proteção das populações diretamente atingidas" pelo desastre ambiental. Nesse sentido, já é passada da hora de se enxergar também as famílias que lá se encontram, muitos vivendo uma hereditariedade de séculos. São índios, quilombolas, ribeirinhos, a mulher e o homem pantaneiro; o dono de pousada, proprietários rurais – gente que por

anos e anos convivem harmonicamente com esse bioma, e que carecem de atenção para que possam reconstruir suas vidas.

Famílias perderam casas e suas criações, suas plantações (muitas de subsistência) que estão a necessitar de apoio, que vem chegando timidamente pela ação do voluntariado e de organizações populares.

Daqui a pouco - é vital que se observe - virá a 'decoada', movimento das cinzas levadas pelas chuvas aos córregos, rios e nascentes, causando a mortandade de peixes. Ou seja, essas famílias sequer terão o peixe para pescar e se alimentarem.

Urge que o Governo Federal convoque os governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para fazerem, somados, esse grande enfrentamento – tanto quanto tem sido o combate ao fogo, para que se garanta que o ser humano habitante do Pantanal possa ter o apoio necessário para retomar sua vida.

Resgatar o homem pantaneiro é essencial ao próprio bioma, já que são eles, em última análise, que, por séculos, tem vivido, subsistido e ajudado na preservação deste santuário,

atuando como verdadeiros guardiões. Há tempos desassistido, eles, seguramente, esperam por uma ação que vá além de cestas básicas - verdade, necessárias neste primeiro momento. O que se espera é que se estruture um programa de apoio na qual possam recorrer para subsidiar as perdas.

Insisto: o Estado brasileiro deve agir, até para se afastar da sua pior característica, qual seja, a de não ter tradição de planejamento, fazendo tudo às pressas, no afogadilho do momento, perdendo recursos financeiros e energia humana para não se passar por negligente. Nesse caso, agora, está em jogo a vida de milhares de pessoas. E vida de pantaneiros importam..

WELLINGTON FAGUNDES é senador por Mato Grosso e presidente da Comissão Temporária Externa do Pantanal



A recuperação econômica

Vivaldo Lopes (*)

Formou-se um quase consenso no meio governamental, empresarial, analistas do mercado financeiro, economistas e consultorias financeiras que a retomada da atividade econômica do país se dará, de forma lenta, em 2021, após a inesperada interrupção de 2020. As divergências surgem a partir da discussão sobre como financiar a recuperação. Alguns admitem ser aceitável que, diante da atual situação fragilizada da economia, o governo deve gastar mais dinheiro para promover a recuperação e assegurar o futuro. Alegam que os gastos para alavancar a recuperação serão compensados com o PIB voltando a crescer, aumentando o consumo, a produção, lucros, empregos e arrecadação de tributos. Outra linha de pensamento assegura que o estado atuou bem na fase mais aguda da crise econômica, ofertando crédito para as empresas, flexibilização tributária e trabalhista, renda emergencial aos desempregados e socialmente fragilizados pela pandemia. Deve, daqui em diante, atuar para promover as reformas estruturais, como a administrativa, emergencial, tributária, novo pacto federativo, privatizações, novos marcos regulatórios, reduzir gastos operacionais, manter a inflação sob controle, juros baixos.

Nesse novo ambiente de negócios pós pandemia o capital privado terá protagonismo na recuperação da economia, exigindo-se menos gastos governamentais.

Após a fredda brusca e a profunda queda do PIB nos meses de março, abril e maio, a economia brasileira voltou a crescer timidamente em junho, sinalizando reaquecimento nos dois últimos trimestres do ano. Um dos motores desse reaquecimento foi o alto impacto do programa de auxílio emergencial que injetou mais de R\$ 264 bilhões, beneficiando mais de 68 milhões de pessoas, segundo relatórios divulgados pelo Ministério da Economia. Além das medidas elencadas acima, o Tesouro Nacional aprovou programa de socorro financeiro aos estados e municípios que contemplou aporte financeiro para enfrentarem crise de caixa com a queda de arrecadação e suspensão do pagamento das parcelas das dívidas destes com o próprio Tesouro Federal e bancos públicos. Esse enorme esforço fiscal vai custar mais de R\$ 800 bilhões ao país, aumentando a dívida pública.

Vejo como fundamental a participação do capital privado na retomada do crescimento econômico, sem, entretanto, prescindir da participação do Estado. As argumentações econômicas são de que o Brasil teve que aumentar seu endividamento para

enfrentar a crise sanitária que virou crise econômica. Atingiu 95% do PIB, patamar acima do aceitável pelo mercado mundial de crédito para países emergentes. Se a administração federal tiver força e habilidade política para aprovar as reformas, dará a sua grande contribuição para a economia deslançar e o investimento privado prosperar, especialmente em áreas como infraestrutura, inovação tecnológica e a chamada industrialização 4.0. Por outro lado, é preciso considerar que o histórico e a cultura brasileira de alta dependência do setor público não vão desaparecer num passe de mágica a partir de janeiro próximo. A "descoberta", pelo governo federal, de um imenso exército de desamparados e o próprio sucesso do programa de auxílio emergencial estabeleceram uma verdade: a impossibilidade de se retirar repentinamente essa proteção social ao final deste ano. Trata-se até mesmo de uma questão humanitária: ajudar as famílias a pagar seus aluguéis, manter comida para suas crianças e prepará-las para se tornarem adultos saudáveis e produtivos. O mercado de trabalho levará mais tempo para reaquecer e o número de desempregados deve até aumentar nos primeiros meses do próximo ano, exigindo um programa de transferência de renda antes de retornarem ao mercado.

A elevada liquidez de poupança no mercado mundial, juros internos e internacionais muito baixos proporcionam oportunidade ímpar para o Brasil captar recursos a custos menores, alterar o perfil de sua dívida e ajudar a financiar a travessia da crise para o reaquecimento da atividade econômica sem ameaçar a solvência futura do país. A aprovação das reformas, realocação de recursos orçamentários e redução dos gastos são componentes importantes para tornar isso uma realidade. Será preciso, naturalmente, que o atual governo consiga liderar coalizão que envolva toda nação, poder executivo, parlamento nacional e judiciário, alinhados sob o princípio de que a situação exige grandeza de todos e que o momento é de se tomar decisões pensando nas próximas gerações e não apenas nas próximas eleições.

VIVALDO LOPES, economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA Gestão Financeira Empresarial-FIA/USP (vivaldo@uol.com.br)



Acomodação

Francisney Liberato (*)

Os amalequitas moram na região sul da terra. Os heteus, os jebuseus e os amorreus moram nas montanhas. Os cananeus vivem perto do Mar Mediterrâneo e na beira do Rio Jordão. Números 14:29

Mesmo o povo de Israel estando próximo da entrada da Terra Prometida, vimos, pela narrativa das Sagradas Escrituras, que os 10 espias se esqueceram da promessa de Deus, além disso, contaram os demais.

Muitas vezes pensamos que não é necessário ser correto, pois o Brasil está

cheio de pessoas desonestas e corruptas. Pensamos que não é necessário trabalhar muito para conseguir o sustento, visto que, quanto mais se ganha, mais se gasta, dessa forma, é melhor poupar esforços e obter apenas o suficiente para viver. Pensamos, também, que a moda é ficar sozinho, já que temos muitos irmãos da igreja que são solteiros e felizes.

O verso citado expressa algo profundo e específico que ocorreu no passado e pode nos incomodar no presente. Nele é elencado que os amalequitas, heteus, jebuseus, amorreus e os cananeus, cada um desses povos de antigamente tinha as suas terras.

O povo estava dando ênfase nisso, pois se cada um desses povos tinha as suas terras, é óbvio que eles jamais iriam fazer doação delas para o povo de Israel.

Como conhecemos na história, o povo de Israel era escravo e não tinha habilidades para guerrear, e não pretendia entrar em batalhas.

O povo estava dizendo para os seus líderes que era melhor ter ficado no Egito como escravos. Quando pensamos como o povo de Israel, somos dominados pela acomodação.

Viver acomodado é não querer sair da zona de conforto. É olhar para o amanhã sem novas perspectivas, e viver uma vida de mediocridade.

Aquele povo escolhido por Deus estava acomodado, pois se todos os outros povos tinham um lugar para morar, por certo Deus não concederia a eles qualquer terra; na concepção deles, o mais importante era ser acomodado e não ter enfrentamentos e dificuldades para conquistar sonhos e objetivos.

Que possamos nos atentar para o que Deus pretende nos dar hoje. O que Ele nos preparou vai muito além de nossa visão e de nossa mentalidade limitada. Jamais cometa o erro que o povo de Israel cometeu. Olhe para o futuro com coragem e sem acomodação.

FRANCISNEY LIBERATO BATISTA SIQUEIRA é Auditor Público Externo do Tribunal de Contas de Mato Grosso e Chefe de gabinete de Conselheiro do TCE-MT. Palestrante Nacional, Professor, Coach e Mentor. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz" e "Singularidade".



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

COMPRAS DA PANDEMIA

Em petição ao MP, Organização questiona compra de 270 mil máscaras descartáveis por preços supostamente acima do mercado e de qualidade duvidosa

'Baile de máscaras' na Assembleia

Fabício Rodrigues / ALMT



nou contrato com uma empresa, escolhida por dispensa de licitação, para compra de 270 mil máscaras descartáveis no valor de R\$ 675 mil, em abril, ao custo de R\$ 2,50 cada. O grupo pontua ainda que há máscaras descartáveis à venda por R\$ 1 no varejo.

De acordo com a associação, a Mesa Diretora escolheu, para atestar a entrega das máscaras, uma pessoa que não faz parte do setor de Material e Patrimônio. A entidade explica que o presidente Eduardo Botelho (DEM) e o primeiro-secretário Max Russi (PSB) assinaram o ato que nomeou como fiscal do contrato uma "pessoa de confiança do primeiro secretário", assessor-adjunto da 1ª Secretaria.

Dois voluntários foram à Assembleia na última quinta-feira (22) e questionaram sobre a desatualização das informações no Portal da Transparência. Eles ainda solicitaram o relatório de estoque de máscaras e foram informados que



Observatório aponta que "servidor de confiança" de Max Russi atestou a entrega das máscaras

havia no almoxarifado 38 mil máscaras das 270 mil que foram adquiridas.

"Então pediram o relatório de saídas considerando que 232 mil máscaras foram usadas desde maio e que na maior parte deste inter-

valo de tempo não houve atendimento presencial, mas não foi entregue essa informação essencial, pois o chefe do setor disse ser necessário somar cada requisição, o deveria se pedir por escrito".

QUALIDADE - Outro ponto questionado pela entidade é a qualidade das máscaras. O Observatório verificou que o material que estava no estoque era diferente do descrito no contrato. Eles comentam que as máscaras "são de TNT com gramatura muito baixa e elástico desconfortável; apesar de 'feitas em casa', são muito mal feitas".

"O contrato menciona máscaras descartáveis, porém o preço é muito alto comparado com os preços de mercado de máscaras descartáveis, o que é agravado pelo fato de que as máscaras de R\$ 1 no varejo são de alto desempenho e qualidade, inclusive com registro na Anvisa e/ou ABNT", acrescentou.

O Observatório Social fez duas considerações: "ou as máscaras são descartáveis e estão superfaturadas, sendo necessário levantar o custo da produção das máscaras caseiras para apurar o prejuízo; ou as máscaras são reutilizáveis e foram

adquiridas em quantidade excessiva".

OUTRO LADO - A Assembleia Legislativa disse que ainda não foi notificada sobre a representação feita pelo Observatório Social. Ressalta que assim for acionada prestará informações ao Ministério Público. O espaço continua aberto para futuras manifestações.

AUTOPROMOÇÃO - O Observatório Social ainda pede explicações sobre uso de máscaras personalizadas com nomes de deputados. A entidade quer saber se o material personalizado foi comprado com dinheiro público. Uma reportagem da TV Centro América viu pessoas com máscaras com o nome do presidente da Assembleia, Eduardo Botelho, do primeiro-secretário, Max Russi e de Elizeu Nascimento (DC) que é candidato a senador. A reportagem da TVCA, os parlamentares disseram que as máscaras foram adquiridas com dinheiro próprio.

Da redação

O Observatório Social de Mato Grosso, associação sem fins lucrativos, encaminhou uma representação ao Ministério Público do Estado (MPMT) para que investigue a compra de 270 mil máscaras pela Assembleia Legislativa durante a pandemia do novo coronavírus. O documento foi encaminhado pela presidente do Observatório, Elda Valim, nesta sexta-feira (23), ao promotor Marcos Brant, coordenador da Força-Tarefa Covid-19 do MP.

Na representação, o Observatório destaca que a Assembleia assi-

PLANO DE GOVERNO

Veja as propostas de Aécio Rodrigues para Cuiabá

Da redação

Advogado, pecuarista e ex-empresário, o paulista Aécio Rodrigues (PSL) iniciou a militância no mundo da política em 2008 e após 10 anos comandou o partido Democracia Cristã (DC) em Mato Grosso. Em 2020, Aécio, ao lado do seu vice Professor LAC (PRTB), colocou o seu nome para a disputa à Prefeitura de Cuiabá.

Há sete meses à frente do PSL no estado, Aécio busca junto com LAC, fazer uma gestão mais eficiente, com mais saúde e segurança. A coligação "Cuiabá precisa de mais" é formada apenas pelo PRTB e PSL. O plano de governo, de 15 páginas, diz que é perceptível que nos últimos 20 anos Cuiabá teve uma má gestão, o que impacta em todos os serviços prestados pela Prefeitura.

Confira as principais propostas:

SERVIDOR PÚBLICO - Aécio quer implantar uma gestão profissionalizada na Prefeitura de Cuiabá, valorizando a força de trabalho do órgão. O candidato quer implantar regras rigorosas de compliance, com o intuito de afastar a corrupção. Buscando um me-

lhor atendimento ao público por parte dos servidores municipais, o candidato quer adotar um sistema de gestão de resultados, com foco em qualidade e atendimento.

Na valorização da classe, Aécio pretende instituir política de reconhecimento com os profissionais da Prefeitura por bons desempenhos.

ECONOMIA - Aécio quer extinguir cinco secretarias, que serão integradas a outras de maior complexidade, diminuindo assim os gastos públicos e cargos comissionados. Ele quer implantar no município a Lei de Liberdade Econômica e revisar o sistema tributário municipal, com a revisão do Código Tributário do Município, aparelhamento tecnológico e integração dos sistemas.

Aécio pretende conceder incentivo fiscal para pessoas físicas autônomas, com a redução do ISS. Após o fim da pandemia de covid-19, ele diz que fará o parcelamento especial dos impostos e pretende perdoar as multas que foram aplicadas aos comércios no período em que houve o "lockdown".

EDUCAÇÃO - O advogado quer transformar áreas comuns das escolas

municipais em ambientes que possam ser frequentados pela comunidade aos finais de semana, além de investir nas estruturas das escolas em bairros periféricos. Será feito um investimento em climatizadores e ar-condicionado nas escolas e também eliminar o déficit no atendimento da educação infantil.

SAÚDE - Entre as 10 propostas apresentadas para a área da saúde está a criação de mais dois centros de saúde, ampliar e investir no Hospital de Câncer, implantar a telemedicina no atendimento inicial ou atendimento básico. Ele também pretende criar a gestão individualizada na regulação, em que cada paciente terá acesso direto ao responsável de sua regulação.

SEGURANÇA PÚBLICA - O candidato pretende efetivar a Guarda Municipal em Cuiabá e criar áreas de segurança em torno das escolas públicas. Outra proposta é implantar um sistema de aplicativos conectando a vizinhança com a segurança privada e Guarda Municipal. Aécio quer também aumentar o número de câmeras de segurança no centro e em áreas identificadas como de risco.



Aécio quer ampliar para 100% a cobertura de creches na cidade

MOBILIDADE URBANA - O plano prevê criação de ciclovias nas principais avenidas. O candidato também prometeu acabar com a taxa de cadastramento dos motoristas de aplicativos. Aécio quer que todos os ônibus da capital tenham ar-condicionado e quer fazer uma auditoria nos contratos para coibir possíveis ilegalidades. Será imposto um limite para que passageiros andem em pé no transporte coletivo.

PLANO DE GOVERNO

Veja as propostas de Julier Sebastião para Cuiabá

Da redação

O ex-juiz federal Julier Sebastião será o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) na disputa à Prefeitura de Cuiabá, no dia 15 de novembro. Ao lado de Vera Bertolini, o partido fez uma chapa pura e não tem aliados em sua coligação denominada "Quem defende você é o PT".

No plano de governo, de 48 páginas, apresentado ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Julier afirma que a gestão petista será diferente das demais. O plano de governo petista foi formulado por meio de seminários on-line, que contaram com a participação de integrantes dos diretórios Estadual e Municipal do partido e pessoas interessadas em assuntos que consideram prioritários para a gestão.

Confira as propostas:

SERVIDOR PÚBLICO - Um dos compromissos do plano de governo de Julier é estabelecer uma política de valorização do quadro de servidores públicos, priorizando a capacitação permanente, realização de concurso

público, recomposição salarial e progressão nas carreiras.

O candidato explica que fará um levantamento do perfil dos servidores buscando sua capacidade, formação, habilidades e competências, além de sinalizar para a necessidade da realização de concursos públicos.

ECONOMIA - Entre os eixos destacados pelo candidato, não há exclusividade para a Economia. Segundo está escrito, o Plano de Governo constitui-se em um resgate profundo do sentimento cuiabano e de combate à desigualdade social na cidade, promovendo a inclusão de milhares que foram esquecidos pelos variados prefeitos que ocuparam o Paço Municipal.

EDUCAÇÃO - A gestão de Julier promete estruturar a política de educação respeitando os princípios da educação inclusiva e da diversidade, gestão democrática, da qualidade social; da estrutura física e da valorização e garantia dos direitos profissionais.

O candidato quer reavaliar o Plano Municipal de Educação priorizando as escolas com baixos índices de aprendizagem, visando à melhoria dos indica-

dores gerais do Ideb, implantar escola em tempo integral em regiões de Cuiabá, selecionadas através de indicadores de vulnerabilidade.

SAÚDE - Julier quer a priorização do sistema e dos serviços públicos de saúde com ênfase no fortalecimento da atenção básica e melhoria das ações na atenção ambulatorial e hospitalar. A valorização da força de trabalho em saúde; fortalecimento do vínculo entre população usuária e equipes de trabalho com espaços de participação e controle social e também a expansão e fortalecimento das redes de saúde, sobretudo nos territórios onde moram e vivem as pessoas.

SEGURANÇA PÚBLICA - Há a previsão de promover a política de segurança cidadã em observância e respeito aos direitos humanos, à democracia e ao Estado de direito. Dentre as ações o plano aponta a criação de programas de mediação e resolução pacífica de conflitos, criar programas de apoio à reinserção na família e na comunidade de adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas e de egressos do sistema prisional, qualificação profissional de presos.



Julier quer escolas de tempo integral nas regiões vulneráveis

MOBILIDADE URBANA - Já para a área de mobilidade urbana, o candidato e sua vice se comprometem a fortalecer a estrutura institucional da Secretaria de Mobilidade, priorizando acessibilidade, conforto e segurança para pedestres e ciclistas. O plano também pontua que o transporte coletivo será integrado com os demais modos de transporte da capital.

NOVELA SEM FIM

Após prazos se esgotarem, deputado de oposição aponta manobra para votar isenção dos servidores inativos somente depois das eleições

Previdência trava na Assembleia

Marcos Lopes/ALMT



Da redação

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) apresentou um requerimento para que o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), designe um relator especial para emitir parecer sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) que prevê a isenção do desconto previdenciário de 14% aos aposentados e pensionistas que recebem até o teto do INSS.

No plenário, o petista comentou que os prazos

para que as comissões dessem suas manifestações já foram esgotados e, quando ocorre essa situação, o Regimento Interno do Legislativo prevê a convocação de um relator para emitir parecer no prazo de três dias.

“O PLC 36 foi para a CCJ e depois para a Comissão Especial e todos os prazos para emissão de pareceres foram esgotados e o Regimento estabelece que, esgotados os prazos sem os pareceres das comissões, que o senhor designe um relator especial para o prazo máximo de três dias emitir um parecer e trazer esse parecer ao plenário para primeira ordem do dia subsequente a esses três dias de prazo”, disse.

No mês passado, o PLC foi aprovado em primeira votação com 13 votos e depois retornou

para tramitação para ser apreciado na segunda etapa. Lideranças partidárias apresentaram um substitutivo integral alterando a redação da proposta mantendo o desconto que ocorre atualmente.

Lúdio disse que o substitutivo apresentado pela base do governo é uma manobra para evitar que a votação ocorra antes das eleições municipais e suplementar para o cargo do Senado Federal.

O deputado comentou que a média dos servidores recebe R\$ 3,5 mil e que a isenção não alcança praticamente ninguém. Ele ainda criticou o substitutivo apresentado à proposta que, segundo o petista, amplia a isenção em apenas R\$ 1. “O que muda apenas é uma palavra: de ‘inferior’ para



Lúdio aponta que prazos já se esgotaram e pede urgência na análise do PLC 36

até R\$ 3 mil; ou seja, não muda nada”.

O presidente da Assembleia Legislativa disse na sessão que vai analisar

o Regimento Interno e depois vai manifestar sua decisão sobre o pedido.

PROTESTO - Na manhã da última terça

(20), servidores públicos se mobilizaram em frente à Assembleia Legislativa para cobrar a aprovação do PLC.

BRIGA ELEITORAL

Eduardo Botelho ataca Abílio e vê Roberto França no 2º turno

Gabriel Soares

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), disse acreditar que o ex-prefeito Roberto França (Patriota) consiga chegar ao segundo turno da eleição para a Prefeitura de Cuiabá, após empatar tecnicamente com o atual prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) na pesquisa Ibope, divulgada na última sexta-feira (16).

Botelho ainda criticou o vereador Abílio Brunini (Podemos), que lidera a pesquisa feita pelo Ibope, a quem chamou de “despreparado” e “desequilibrado”. Por estes adjetivos, Botelho disse acreditar que França terá mais chances.

“Nós criamos uma expectativa muito grande, porque nós estamos empatados com um candidato que tem uma rejeição muito grande, então nós temos mais chances de subir. E temos o candidato que está

na frente, que é um candidato que se mostrou desequilibrado no debate, se mostrou despreparado”, disparou.

Segundo na tentativa de ‘desconstruir’ Abílio, Botelho afirmou que ser prefeito “não é brincadeira” devido às responsabilidades do cargo. “Tudo passa pela Prefeitura. Então, nós não podemos colocar na Prefeitura uma pessoa que a gente não acredita que possa ser um bom gestor”.

Sobre o resultado da pesquisa, afirmou que vê chances reais de que Roberto França chegue ao segundo turno, mas não revelou com quem o grupo preferiria duelar na próxima rodada.

“Nós temos uma avaliação de que para nosso candidato foi muito bom e nós temos certeza de que o Roberto França vai estar lá no segundo turno, para nós fazer nesse segundo turno um bom debate”, afirmou.

CAMPANHA - Tudo indica que o deputado deverá entrar de cabeça na campanha de França a partir do começo de novembro, como já tem feito o governador Mauro Mendes (DEM). Botelho explicou que está planejando acelerar a pauta de votações da Assembleia Legislativa para eliminar os vetos do governo e outros projetos que estão pendentes de análise. Em seguida, irá suspender as sessões por duas semanas para os deputados se dedicarem à campanha.

“Nós vamos fazer sessões semana que vem, provavelmente vamos fazer umas duas sessões, e aí nós dispensaríamos de sessões essas duas últimas semanas, porque os deputados ficam em campanha. Então, essas duas semanas para concentrar nas eleições, que é muito importante, e depois logo em seguida nós voltaremos”, concluiu.

‘ELOGIOS’

Abílio Júnior rebate Botelho e questiona seus interesses

Gabriel Soares

O candidato a prefeito de Cuiabá Abílio Júnior (Pode) usou de ironia para rebater, durante conversa com jornalistas nesta terça-feira (20), as críticas do presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), que o chamou de “despreparado” e “desequilibrado”.

Abílio disse que as críticas de Botelho são um elogio para ele e que não gostaria de ficar ao lado do grupo político do presidente da Assembleia. Em seguida, começou a questionar os interesses de Botelho na eleição.

“Qual é a preocupação do Botelho com a nossa possível gestão na Prefeitura de Cuiabá? Qual é o interesse? Será que ele tem interesse econômico na Prefeitura de Cuiabá e tá preocu-

pado com essa loucura do Abílio com relação a contratos que tenha na Prefeitura de Cuiabá?”, disse.

Conhecido por não ter ‘papas na língua’, Abílio não teme a falta de governabilidade caso seja eleito prefeito. Segundo ele, a Câmara Municipal tem pouca influência sobre as decisões do Poder Executivo e, por isso, não será necessário ter uma ‘grande base’ para governar.

Abílio foi lembrado que o presidente Jair Bolsonaro defendia o mesmo posicionamento, mas se viu obrigado a fazer acordos com vários partidos e lotear cargos em ministérios para conseguir garantir a governabilidade. Segundo o candidato, a governabilidade na esfera municipal é muito mais simples do que na federal.

“A Câmara Municipal não interfere muito no Poder Executivo municipal, porque a maioria da legislação já tá existente. Então a Câmara não interfere nessa legislação já existente. E poucas vezes a gente teve projetos na Câmara Municipal de relevância para serem discutidos. A maioria das vezes era criar uma nova secretaria. O grande problema da Câmara Municipal é quando os projetos são negativos, para garantir apoio. Projeto positivo nunca teve problema”, disse.

O candidato afirma que seu grupo espera eleger boa parte dos novos vereadores e calcula que a renovação na Câmara ficará na faixa de 50%. Abílio então pretende atuar junto a esses novos vereadores para conseguir seu apoio ‘de forma republicana’.

PLANO DE GOVERNO

Veja as propostas de Gilberto Lopes Filho para Cuiabá

Da redação

Servidor público estadual, Gilberto Lopes Filho (PSOL) colocou o seu nome à disposição para disputar o cargo de prefeito em Cuiabá, ao lado da vice Iteí Daltro. Defensor de uma nova política e contra o atual sistema, que ele chama de “corrupção sistêmica”, Gilberto é formado em gestão pública.

Em um plano de governo de 10 páginas, apresenta possíveis soluções para um melhor funcionamento da Prefeitura. Gilberto explica que o projeto do PSOL é para o povo, principalmente os mais pobres, e deve garantir a melhoria dos serviços públicos e uma rede de proteção social eficiente. Ele quer a participação popular direta, propiciando que o povo tenha voz nas decisões do poder público.

Confira as propostas:

SERVIDOR PÚBLICO - Gilberto pretende reduzir os cargos de confiança ao indispensável, aproveitando ao máximo os servidores de carreira em cargos de direção. No plano está que o

aproveitamento irá se dar com a realização de concursos que levem em consideração o conhecimento e formação na área de atuação, bem como a experiência na função.

ECONOMIA - Na visão de Gilberto, o município deve ter sua política econômica revista, o que implica em uma auditoria da dívida pública municipal, incentivo à agricultura familiar e comunitária, colaboração em atividades cooperativistas e da economia solidária, fim de incentivos fiscais a grandes empreendimentos e reestruturação do sistema tributário municipal para maior taxaço dos mais ricos.

EDUCAÇÃO - Gilberto pretende implantar um sistema de ensino que estimule a criatividade, experiência e solidariedade. É proposto também a construção de uma política de educação emancipadora e inclusiva, garantida pela democratização da administração escolar e ampliação do número de vagas no ensino infantil e fundamental.

Gilberto propõe promover a valorização dos trabalhadores da educação

com melhores planos de cargos e carreiras e aposentadorias mais dignas.

SAÚDE - O candidato propõe ampliar as equipes de atenção primária, elevando das 89 equipes para 120. Será criado o Conselho Gestor de Saúde nos bairros. Gilberto pretende criar academias nos bairros com profissionais de educação física, promovendo saúde em conjunto com as Equipe de Atenção Primária.

Será fortalecida a vigilância em saúde na capital, para melhorar a detecção e cura dos casos de hanseníase e tuberculose e ampliar a cobertura vacinal. Gilberto ainda quer garantir as ações, serviços e medicamentos aos idosos e pessoas portadoras de doenças crônicas.

SEGURANÇA PÚBLICA - Gilberto quer implantar a Guarda Municipal, integrando-a com os órgãos de segurança do Estado e com a comunidade. Os guardas municipais irão atuar em apoio logístico ao trânsito, fiscalização da ordem pública, preservação dos parques e apoio à Patrulha Maria da Penha.



Gilberto Lopes quer municipalizar o transporte coletivo

MOBILIDADE URBANA - A coligação irá propor uma política que realmente interprete a mobilidade urbana como um direito e não uma mercadoria, fazendo uma auditoria dos atuais contratos das empresas de ônibus, além de defender a municipalização do transporte coletivo.

REINSERIR

Projeto encaminhado à Assembleia prevê que empresas que contratarem reeducandos terão direito a receber meio salário por profissional

Mauro cria subsídio a empresas

Christiano Antonucci/Secom - MT

**Da redação**

O governador Mauro Mendes (DEM) pretende criar um programa para estimular a reinserção de ex-presidiários no mercado de trabalho. Batizado de 'Reinsereir', o programa está em um projeto de lei que foi encaminhado na última quarta-feira (21) à Assembleia Legislativa. Na mesma semana, o governador também enviou uma proposta que prevê a continuidade do pagamento da verba adicional aos servidores da Saúde que atuam na linha de frente do combate à covid-19.

As propostas devem começar a tramitar no Legislativo na próxima semana, após a leitura das mensagens

no plenário. Contudo, sua aprovação só deve acontecer após as eleições, já que as sessões da Assembleia serão suspensas por duas semanas durante o período eleitoral.

Sobre o programa Reinsereir, o projeto prevê o pagamento de um subsídio de meio salário mínimo (R\$ 522,50) às empresas que contratarem pessoas que cumpriram integralmente suas penas, ou reeducandos que estão cumprindo em regime aberto ou em livramento condicional.

O benefício será concedido por egresso. De acordo com a proposta, no primeiro ano o número de contratação será de no máximo 1.500 pessoas. Os contratos terão o prazo de até um ano, podendo ser prorrogado. O número de contratados por empresa será de no máximo 10% do total de empregados.

O regulamento do programa será definido pelo governo, que irá divulgar condições para



Mauro diz que bolsa para contratação de ex-reeducandos é uma forma de evitar que voltem a cometer crimes

o credenciamento das empresas; as condições para o acesso dos reeducandos ao programa;

as condições operacionais para a implementação e a execução do programa.

Na justificativa, o governador disse que a intenção é criar um programa destinado a

incentivar a contratação de egressos do sistema prisional.

O benefício não será aplicado para os egressos que tenham praticado crimes contra a Administração Pública e/ou Ordem Tributária, ou que sejam casados, parentes ou tenham qualquer ligação com diretores, sócios e administradores das empresas contratantes.

ADICIONAL - O governo ainda enviou ao Legislativo um pedido para dar continuidade do pagamento da verba adicional aos servidores da Saúde que atuam na linha de frente da covid-19 até dezembro. Os valores variam entre R\$ 500 e R\$ 2,1 mil.

Em julho, o governo sancionou a Lei nº 667 que concede o benefício aos funcionários públicos da área da Saúde. O pagamento foi realizado até setembro com o fim do estado de calamidade pública do Estado. A proposta ainda prevê a continuidade da compensação de plantões.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Campanha já movimentou R\$ 2,6 milhões em Cuiabá

Da redação

Dados divulgados no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) sobre as arrecadações de cada candidato a prefeito em Cuiabá mostram que a candidata Gisela Simona (Pros) foi a que mais arrecadou até na última quinta-feira (22), somando mais de R\$ 1,35 milhão. No total, os candidatos já arrecadaram cerca de R\$ 2,6 milhões.

Gisela arrecadou R\$ 900 mil do próprio partido e R\$ 350 mil foram doados pelo PDT, partido do seu vice, Fabrício Carvalho. Já os gastos da candidata somam apenas R\$ 209 mil, a maior parte em despesas com pessoal.

Emanuel Pinheiro (MDB) foi o segundo que mais recebeu doações, somando R\$ 643 mil. O maior doador da campanha foi o MDB, com R\$ 620 mil. Emanuel divulgou gasto de R\$ 9 mil.

Julier Sebastião (PT) arrecadou R\$ 327 mil e gastou R\$ 132,1 mil. Todo o dinheiro foi doado pelo próprio partido.

Roberto França (Patriota) conseguiu angariar R\$ 200 mil do DEM, partido ao qual pertence o seu vice, Marcelo Busiki, e não divulgou nem um gasto até o momento desse valor.

Abílio Brunini (Pode) conseguiu pouco mais de R\$ 70 mil em doações diversas e declarou gastos de R\$ 21 mil. Entre os doadores de Abílio estão o engenheiro florestal João José de Miranda Neto, Gustavo de Tarcio Correa Nascimento, da Fecomércio, e Maxwel Silva Alves. Cada um doou R\$ 10 mil.

Paulo Henrique Grando (Novo) recebeu R\$ 53,4 mil em doações. Seu vice, o empresário Alvani Laurindo, foi o maior doador, aplicando R\$ 17,3 mil. Os gastos somam R\$ 33,8 mil.

Aécio Rodrigues (PSL) declarou o recebimento de R\$ 35 mil, sendo R\$ 30 mil do partido e R\$ 5 mil em recursos próprios. O candidato ainda não declarou gastos.

Por último aparece Gilberto Lopes Filho (Psol), que conseguiu R\$ 1 mil do partido.

APOIO QUESTIONADO

Fernanda diz que Pivetta tem aval de Jair Bolsonaro

Da redação

A candidata à eleição suplementar ao Senado Federal Coronel Fernanda (Patriota) diz que conversou com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) antes de receber o apoio do vice-governador Otaviano Pivetta (sem partido), que durante ato político no interior manifestou aprovação à militar enquanto ainda era filiado ao PDT, uma das siglas de esquerda que fazem oposição ao presidente.

Fernanda disse que todos os passos de sua campanha têm o aval do presidente, pois tem consultado Bolsonaro antes de tomar as decisões, devido à sua 'inexperiência na política'.

"Tudo que eu faço eu repasso para o presidente Jair Bolsonaro. Toda vez que algo diferente, até pela primeira vez na política, ele é o meu orientador. Nada do que eu faço eu não encaminho para ele primeiro pra ter o positivo se eu posso ou não posso fazer", disse, durante entrevista na última quinta-feira (22).

A candidata explicou que diz para todas as pessoas que a procuram para apoiá-la que seu compromisso é com o presidente, e que sua candidatura é um projeto dele.

"Quem quiser vir me apoiar tem que saber que eu tenho um propósito: cumprir as determinações do presidente Jair Bolsonaro. Até porque o projeto é dele, não é da Coronel Fernanda. Eu nunca imaginei entrar na política", ressaltou.

O apoio do vice-governador à militar foi alvo de críticas de lideranças de direita no estado. O deputado federal Nelson Barbudo (PSL) convocou uma coletiva de imprensa na quarta (21) para declarar que achou incoerente a aliança e que irá consultar Bolsonaro para definir seu apoio na eleição suplementar.

Logo após o anúncio, Otaviano Pivetta deixou o PDT. Em nota, Pivetta afirma que a separação se deu de comum acordo com o presidente do PDT em Mato Grosso, deputado estadual Allan Kardec.

PLANO DE GOVERNO

Veja as propostas de Paulo Grando para Cuiabá

Da redação

O administrador Paulo Henrique Grando será o representante do Partido Novo na eleição para prefeito em Cuiabá ao lado do vice Alvani Laurindo, do mesmo partido. A sigla defende o liberalismo econômico e a não utilização do fundo partidário nas eleições.

No plano de governo, de 10 páginas, Grando expõe as ideias e propostas e diz que o documento foi elaborado após um trabalho de voluntários filiados e apoiadores. Paulo promete uma gestão eficiente e quer fornecer serviços em modelos de concorrência, para que o usuário decida o que é mais conveniente para as suas necessidades específicas.

Confira as principais propostas:

SERVIDOR PÚBLICO - Paulo pretende premiar os professores da rede municipal por desempenho, além de implementar uma gestão com metas definidas para todos os servidores, que serão acompanhados por seu desempenho.

ECONOMIA - Entre as propostas voltadas à economia está a aprovação da Lei de Liberdade Econômica, possibilitando o funcionamento imediato das atividades consideradas de baixo risco. Paulo quer a simplificação da legislação tributária e também reduzir o tempo de análise de solicitações de empreendedores com prazos e definidos para decisão. No caso de esses prazos não serem cumpridos pela Administração Pública, a liberação de funcionamento se torna automática.

EDUCAÇÃO - Na Educação, a proposta é ampliar a oferta de vagas em creches para crianças de até 3 anos, e implantar aulas de reforço em pequenos grupos para alunos com déficit de aprendizagem. Paulo também propõe aplicar o conceito Escola Eficaz nas unidades de ensino municipal e estabelecer um currículo mínimo, especialmente em língua portuguesa e matemática.

SAÚDE - O candidato pretende, caso eleito, fazer parceria com a rede privada para eliminar a atual fila de consultas especializadas. A saúde

também será modernizada com a implantação de ferramenta on-line que permita ao cidadão encontrar informações sobre os recursos disponibilizados pela rede pública de saúde na cidade, como endereço das unidades, exames e consultas disponíveis em cada uma, medicamentos e períodos de vacinação.

SEGURANÇA PÚBLICA - Será utilizada uma Guarda Municipal como estratégia de policiamento de proximidade comunitária e intensificada a segurança em estações de ônibus, áreas escolares, pontos de vulnerabilidade, parques, praças e postos de saúde.

MOBILIDADE URBANA - Paulo Grando quer liberar as opções de transporte público alternativo como micro-ônibus e vans, bem como desregular serviços de táxi e aplicativos de transporte. Ele afirma que irá revisar os contratos do transporte coletivo.

Segundo ele, também será criado um programa de manutenção e sinalização das vias públicas, bem



Paulo Grando quer fazer parceria para acabar com fila da Saúde

como melhorar as condições das calçadas através de contrapartidas em novas edificações e aplicação de instrumentos fiscais aos imóveis já construídos.

APÓS REUNIÃO

Com baixa ocupação de leitos para tratar da covid-19, expectativa do governo e da prefeitura de Cuiabá é que sejam retomadas este ano

Cirurgias eletivas serão retomadas

Lucas Ninno/GCOM



Da redação

O secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, reuniu-se na tarde da última terça-feira (20) com a secretária municipal de Saúde de Cuiabá, Ozenira Félix, para discutir a retomada das cirurgias eletivas na Baixada Cuiabana.

De acordo com Figueiredo, existem hoje mais de 200 leitos de UTI covid-19 disponíveis e com menos de 80 pacientes. A taxa de ocupação, seja de leitos de UTI ou não, é baixa e isso permitiria a volta da realização das cirurgias eletivas.

Caso consiga entrar em acordo, o secretário disse que pretende utilizar a Santa Casa e o Hospital São Benedito. Figueiredo explicou que

não será uma decisão que será tomada de forma individual, e garantiu que todas as partes serão ouvidas, para que no futuro não seja apontado como culpado, em caso de um novo surto da covid-19.

“Para isso, não basta uma deliberação da Secretaria Estadual de Saúde (SES) ou da Secretaria Municipal de Educação (SMS), nós temos instâncias de compactação, formadas pelo comitê em Cuiabá que cuida de assunto covid e o comitê estadual, e os anseios dessas equipes têm que ser levados para o diálogo e em consideração. Precisa ser discutida e tomar uma decisão colegiada, para que depois não seja apontado o dedo para o secretário municipal ou estadual”, disse.

Todas as análises para o reordenamento dos leitos de Terapia Intensiva (UTI) para o tratamento exclusivo da covid-19 na Baixada Cuiabana estão sendo realizadas com base nos boletins epidemiológicos divulgados todos os dias. Caso ocor-

ra um agravamento do vírus, ou uma possível segunda onda do novo coronavírus no estado, a SES irá retroceder na decisão.

O secretário também deixou claro que está dando início a uma relação convergente com a Secretaria de Saúde de Cuiabá, e deixando os aspectos políticos no passado. Inicialmente o reordenamento começará na Baixada Cuiabana e no futuro poderá se expandir para os demais municípios do estado.

“Na Baixada Cuiabana temos cinco hospitais para tratar da covid-19: o Hospital Metropolitano, Santa Casa, São Benedito, Pronto-Socorro e Júlio Muller, e é nesse território que estamos discutindo uma estratégia de como trabalhar os leitos disponíveis. Existe um acúmulo de decisões judiciais de cirurgias eletivas, e enfermidades que já estão aguardando há quase um ano e as pessoas daqui a pouco não morrerão mais de covid e sim por conta dessas enfermidades”, pontuou.



Ainda não há uma data para retomada de cirurgias, mas expectativa é que ainda em 2020 voltem a ser realizadas

Já Ozenira, disse que o encontro foi muito proveitoso e que há um interesse da capital assim como do Estado, de retomar as cirurgias, mas que toda cautela será tomada a pedido do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

“Foi excelente manter o contato ainda sobre isso. Em Cuiabá nós iniciamos as discussões e vamos levar às nossas unidades deliberativas. O que foi feito é fazer levantamento dos dados e nesse momento há um certo receio em relação

à covid. O prefeito vive nos falando que é necessária muita cautela, pois estamos vindo na Europa a retomada do vírus e isso vai ser discutido, porque para tirar (leito) é fácil, para colocar que é o difícil”, afirmou.

CORONAVÍRUS

MT pode ficar sem vacina

Gabriel Soares

Poucas horas após o governador Mauro Mendes (DEM) anunciar que poderia disponibilizar a vacina Coronavac a partir de janeiro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro afirmou, na manhã desta quarta-feira (21), que não pretende liberar a aquisição do imunizante desenvolvido pelo laboratório chinês Sinovac.

Na noite de terça-feira (20), Mendes havia recebido confirmação do Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, sobre a inclusão da Coronavac no Plano Nacional de Imunização, com previsão de distribuir 46 milhões de doses aos estados a partir de janeiro. Nesta manhã de quarta, Bolsonaro informou, pelas redes sociais, que a vacina só será comprada caso haja comprovação científica.

“Para o meu governo, qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser comprovada cientificamente pelo Ministério da Saúde e certificada pela Anvisa. O povo brasileiro não será cobaia de ninguém. Não se justifica um bilionário aporte financeiro num medicamento que sequer ultrapassou sua fase de testagem. Diante do exposto, minha decisão é a de não adquirir a referida vacina”, disse o presidente.

A declaração contradiz os esforços de Bolsonaro para divulgar, incentivar e distribuir a cloroquina, medicamento cuja eficácia contra o coronavírus é rejeitada por vários estudos científicos. Além disso, o governo federal já firmou acordo com o laboratório AstraZeneca, no valor de R\$ 1,9 bilhão, para adquirir 100 milhões de doses da ‘Vacina de Oxford’.

Tanto a vacina de Oxford quanto a Coronavac se encontram no mesmo estágio de pesquisa, a fase 3, que prevê testes em massa. Nenhuma das duas tem eficácia comprovada até o momento, nem registro na Anvisa. Contudo,

ambas estão sendo testadas em vários estados do Brasil, inclusive em Mato Grosso.

Enquanto a Coronavac pode ser disponibilizada já no começo de 2021, a vacina de Oxford só deverá começar a ser entregue após o segundo semestre do ano que vem. Essa foi a previsão apontada pelo ministro Pazuello, que pretendida começar a distribuir a Coronavac para, mais tarde, fazer a distribuição da vacina britânica. Ambas só seriam incluídas no Plano Nacional de Imunização (PNI) após aprovação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Por meio de nota, o governo de Mato Grosso defendeu que o governo federal continue liderando o processo de compra da vacina contra covid-19. “O governo de Mato Grosso defende que o governo federal lidere esse importante processo e disponibilize a vacina contra a covid-19 à população. E o mais importante: que as vacinas entregues sejam confiáveis e devidamente atestadas pelos órgãos sanitários”.

QUESTÃO IDEOLÓGICA - Muitos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro criticam o acordo para aquisição da Coronavac porque a China é um governo de esquerda.

“Presidente, a China é uma ditadura, não compre essa vacina, por favor. Eu só tenho 17 anos e quero ter um futuro, mas sem interferência da Ditadura chinesa”, disse um seguidor do presidente. Na sequência, Bolsonaro respondeu: “Não será comprada”.

Outros apontam que a Coronavac está sendo desenvolvida em parceria com o governo de São Paulo, já que o governador João Doria (PSDB) tomou a frente das negociações com o laboratório Sinovac e iniciou os testes por meio do Instituto Butantan. Aliados nas eleições de 2018, Doria e Bolsonaro hoje são adversários políticos e podem disputar a Presidência em 2022.

SEGURANÇA EM NÚMEROS

Uma pessoa morta a cada 10 min

Da redação

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 revelou que as mortes violentas intencionais voltaram a crescer no primeiro semestre deste ano. A cada 10 minutos, uma pessoa foi assassinada no Brasil. Ao todo, 25.712 perderam suas vidas de forma violenta no período analisado.

De acordo com o documento, o número de vítimas é 7,1% maior que o registrado no ano passado.

Deste total, 3.181 pessoas perderam suas vidas durante intervenções policiais, um crescimento de 6% desse tipo de ocorrência. O documento também relaciona o número de policiais assassinados no país no período. Ao todo, 110 deles se tornaram vítimas de homicídio, um crescimento de 19,6%

em relação ao mesmo período de 2019.

O anuário também apresenta os números por tipo de crime violento. Neste primeiro semestre, o país registrou 21.764 de homicídios dolosos, quando o assassino teve a intenção de matar. O número é maior que o registrado no ano passado, quando o Brasil contabilizou 20.105 casos.

O crime de latrocínio, roubo seguido de morte, por sua vez, apresentou redução. Enquanto em 2019 foram 407 casos; este ano, 375.

Na parte de Segurança Pública houve aumento no número de casos. Já são 110 policiais, entre civis e militares, assassinados só no primeiro

semestre de 2020. Ano passado, no mesmo período, o país registrou 92. Também houve aumento no número de pessoas que perderam a vida durante ação policial: 3.181 este ano contra 3.002 no mesmo período analisado.

O documento menciona em nota descritiva que os dados foram coletados nas secretarias de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Devido às particularidades de cada um desses órgãos, os dados referentes às mortes violentas decorrentes de intervenções policiais podem já estar contabilizados no índice de homicídios dolosos. Por esse motivo, a soma dos crimes detalhados pode ultrapassar o total levantado.

TRABALHO CONCLUÍDO

Força Nacional encerra trabalhos

Da redação

Mato Grosso registrou, em 2020, um acréscimo de 56% nos focos de calor no período de janeiro a 19 de outubro, se comparado com o mesmo período de 2019. Neste ano, foram registrados mais de 44 mil focos, enquanto que em 2019 foram 22.336 ocorrências. Ao todo, foram empregados 1.737 profissionais para o combate ao fogo, sendo 44 da Força Nacional.

A tropa da Força Nacional, que se juntou as equipes do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no dia 23 de setembro, encerrou nesta sexta-feira (23) as atividades operacionais integradas com demais forças estaduais, de combate aos incêndios florestais.

“Mato Grosso enfrentou no ano de 2020 talvez um dos seus grandes desafios já enfrentados na área ambiental, um ano que teve uma estiagem, que alguns pesquisado-

res acreditam que foi o ano mais quente de últimos tempos. Tudo isso no meio de uma pandemia, em que tivemos grandes dificuldades de deslocar nossos efetivos. Tivemos servidores que foram contaminados, mas a parceria que tivemos com várias agências federais e estaduais foi fundamental para que a gente conseguisse fazer este combate e preservar o maior patrimônio ambiental que Mato Grosso tem, que é o Pantanal”, avaliou o secretário executivo da Sema, Alex Marega, na quinta-feira (22), na sede do 10º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, em Cuiabá, durante cerimônia de agradecimento pelas ações executadas em Mato Grosso.

“Importante destacar que o suporte veio no momento em que o Estado mais precisava. O governo e a secretaria agradecem por este trabalho desenvolvido. Sabemos que o suporte que nos deram, com a quantidade de profissionais,

foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho”, enfatizou o secretário adjunto de Integração Operacional da Sesp, coronel PM Victor Fortes.

O comandante do Corpo de Bombeiros Militar, coronel BM Alessandro Borges Ferreira, disse que a unidade fez um planejamento inicial de como seria a atuação no período de queimadas, contudo, a tropa precisou de reforço frente a situação do Estado. Os incêndios florestais aumentaram 89% em 2020, quando foram registradas 3.989 ocorrências, enquanto que em 2019, no mesmo período de janeiro a 10 de outubro, foram 2.116 casos.

Também no período de janeiro a 10 de outubro de 2020 foi registrado um aumento de 15% nas ocorrências de incêndio em vegetação. Neste ano somaram 3.394 ocorrências contra 2.938, em 2019.

(Com Assessoria de Imprensa)

GOLPES S/A

Em um ano, Banco Central reteve mais de 9,2 mil cédulas falsas que estavam circulando em Mato Grosso; notas de R\$ 100 são as preferidas

Dinheiro falso soma meio milhão

Divulgação/Ag. Pará



Da redação

O Banco Central apreendeu mais de R\$ 520,7 mil em dinheiro falso que circulava em Mato Grosso em 2019. O estado foi o 12º estado com o maior volume de retenção de notas falsas, totalizando quase 9,25 mil cédulas. Neste ano, a quantidade de dinheiro falsificado acumulava mais de R\$ 38,6 mil até 18 de março, data da última atualização feita pelo Banco Central.

“Diariamente, o Departamento do Meio Circulante do Banco Central do Brasil recebe cédulas para análise da legitimidade. Infelizmente, em sua maioria são falsas”, afirma o Banco Central, que disponibiliza os dados referentes à falsificação em seu portal.

A circulação de notas falsas gera prejuízos principalmente para quem recebe. Além de arcar com as perdas financeiras, o comercian-

te que não perceber a farsa ainda pode ser alvo de investigação.

“O maior prejuízo é para quem recebe o dinheiro falso em pagamento de uma mercadoria ou serviço. No momento do depósito, o banco perceberá a falsidade da moeda e a reterá para destruição e avisará a Polícia Federal. O comerciante que recebeu a nota falsa e não percebeu, além do prejuízo, ainda tem de provar à Polícia Federal que não participou da fraude”, alerta o economista Vivaldo Lopes.

O Banco Central é quem examina se uma nota suspeita é verdadeira ou não. As notas falsas não são trocadas pelo banco e nem pelo governo federal.

Até a última atualização do Banco Central, Mato Grosso figurava na 14ª posição dentre os estados que mais retiveram dinheiro falsificado em 2020, com 572 notas falsas encontradas. Em valor, a quantidade representa R\$ 38.650. A nota mais falsificada é a de R\$ 100. Em 2019, foram mais de 3,3 mil cédulas.

Até o fechamento de 2020, ano marcado pela pandemia da Covid-19, a expectativa é que a quantidade de dinhei-

ro falso circulando no país seja menor que a de anos anteriores. “Aumentaram as transações por meio eletrônico e aumentou a bancarização por causa do auxílio emergencial”, observa o economista.

Ao longo de 2019, o Banco Central reteve mais de 4,92 mil notas falsificadas em todo o país. Já em 2020, até o dia 18 de março, o montante superava 75,5 mil notas.

A falsificação é crime previsto pelo artigo 289 do Código Penal, com pena de 3 a 12 anos de prisão. Quem tentar colocar uma cédula falsa em circulação depois de tomar conhecimento de sua falsidade, mesmo que a tenha recebido de boa-fé, pode ser condenado a uma pena de 6 meses a 2 anos de detenção.



Notas falsas apreendidas em Mato Grosso em 2019 somam mais de R\$ 520,7 mil

COMO IDENTIFICAR NOTAS FALSAS

Para não cair no golpe da nota falsa a autarquia federal ressalta a importância de se observar a veracidade da nota. Quando receber uma cédula, veja sempre os principais elementos de segurança feitos pelo Banco Central:

- Nas cédulas da segunda família do real, verifique a marca-d'água, o número escondido, a faixa holográfica (nas notas de 50 e 100 reais) e o número que muda de cor (nas notas de 10 e 20 reais). Sinta também o alto-relevo.

- Nas notas da primeira família verifique a marca-d'água, a imagem latente e o registro coincidente. Verifique também o relevo.

COMO AGIR COM NOTAS FALSAS

a) de um caixa eletrônico:

Encaminhar-se ao gerente da agência para pedir providências de pronta substituição. Se não obtiver solução satisfatória com o gerente do banco, o cidadão pode procurar a delegacia policial mais próxima para registrar a ocorrência.

b) numa transação do dia a dia:

Se desconfiar da autenticidade de uma nota após observar os elementos de segurança ou comparar com outra cédula legítima, você pode recusá-la. É importante sempre recomendar ao dono do exemplar suspeito que procure uma agência bancária para encaminhamento da nota a fim de ser analisada pelo Banco Central.

RUPTURA

Falta cerveja nos supermercados

Da redação

Está faltando cerveja em supermercados de Mato Grosso. A ausência de algumas marcas começou a ser relatada por donos de lojas no último final de semana. O cenário ocorre devido à escassez de embalagens confeccionadas pelas indústrias, que, neste período pós-quarentena, tem sofrido com a falta de matéria-prima. Desde o início do mês, a falta de alumínio no mercado ficou mais evidente e já afeta a produção de cerveja em todo o país.

A informação de que está faltando cerveja nos estoques de alguns supermercados de Mato Grosso foi confirmada pela Associação de Supermercados de Mato Grosso (Asmat) na terça-feira (20). Em nota, a entidade comunicou que supermercadistas “começaram a dar falta da

cerveja do tipo long neck da Heineken em algumas lojas, como também de outras marcas de cerveja em lata, tendo em vista a falta de alumínio”.

Quando falta determinado produto para venda em supermercados, como é o caso da cerveja Heineken, a loja registra uma ruptura de estoque. O problema que afeta esse estabelecimento no varejo também pode prejudicar a indústria que fabrica a marca. Para reduzir a ausência de produtos nas gôndolas dos supermercados, as empresas Neogrid e Nielsen calculam e fornecem dados do índice de ruptura, ao reunir informações homologadas de mais de 25 mil lojas do Brasil.

“O abastecimento da indústria é responsável por 38% dos problemas encontrados e o varejo responde por 62% dos

gargalos. Ou seja, o índice de ruptura é um indicador que interessa a todos os envolvidos”, destaca pesquisa realizada pela Neogrid.

No caso da cerveja, o índice de ruptura chegou a 16% na última medição feita pelas empresas em agosto. O valor é 6% maior que o registrado no mesmo período de 2019. O percentual traz uma média do que tem ocorrido em todo país.

A explicação para a alta ruptura da cerveja está na cadeia produtiva, mais especificamente no fornecimento de vidro e lata para a confecção das embalagens. “Não estamos falando em desabastecimento. Há falta de algumas marcas. Se falta embalagem, não tem como produzir e vender cerveja no mercado”, explica Robson Munhoz, vice-presidente da Neogrid na América Latina.

MELHORA - Apesar de alguns itens estarem ausentes nas prateleiras dos supermercados, o levantamento realizado pela Neogrid aponta uma queda na ruptura geral nos últimos quatro meses. O índice ainda é considerado alto, 12,08% em agosto, mas já indica um começo da estabilização na cadeia de suprimentos.

“A tendência é que isso vá se normalizando, mas os números ainda apontam que os índices são altos”, explica Munhoz.

Em março, no início da quarentena, o índice era 11,41% e chegou a 12,57%. “É importante que a indústria e o varejo estejam compartilhando informações para que os desafios não sejam ainda maiores na cadeia de abastecimento. Senão, ninguém ganha o jogo”, alerta Robson.

6% EM OUTUBRO

Preço do etanol continua em alta

Da redação

O preço do etanol voltou a subir na capital de Mato Grosso. O hidratado já é vendido ao consumidor a R\$ 2,89 na maioria das bombas. Parte do reajuste tem origem nas usinas, que na última sexta-feira (16) aumentaram o preço do litro de etanol hidratado em 4%.

O aumento no preço do combustível é um dos reflexos da retomada das atividades econômicas no estado. Com mais gente transitando na cidade, o fluxo de carros aumentou nas vias e, consequentemente, houve reflexo no preço dos combustíveis, como é o caso do etanol.

Em pesquisa feita no último dia 17, na ca-

pital, a média de preços do etanol hidratado ao consumidor era de R\$ 2,56, segundo a Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustível (ANP). Os valores tabelados nos postos variavam de R\$ 2,39 a R\$ 2,69 o litro. Porém, no início desta semana os postos voltaram a subir o preço, que agora gira em torno de R\$ 2,89.

Os reajustes começaram nas usinas, que vem reajustando as perdas obtidas durante a pandemia. O aumento dos preços, a partir das usinas, já acumula alta de quase 6% neste mês de outubro. O etanol que era cotado a R\$ 2.280,06 no dia 2 chegou a R\$ 2.408,52 no dia 16.

SOLUÇÃO DEMORADA

Haverá falta de insumos por alguns meses, diz Fiemt

Da redação

A paralisação de atividades em razão do isolamento social está entre as principais causas para a falta de matérias-primas e insumos para a indústria. A retomada dos trabalhos no país a partir de julho provocou um efeito no consumo que não foi calculado, devido à mudança repentina nas atividades econômicas.

“Com esse aquecimento pós-pandemia, inesperado e repentino das atividades econômicas, alguns setores – como os de embalagens e construções – e todas as cadeias que dependem de petroquímicos estão muito desabastecidas. Isso gera uma inflação nos preços, além da dificuldade de atender os mercados, os quais dependem desses insumos para entregar seus

produtos ou serviços”, observa Gustavo de Oliveira, presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt).

Apesar de a escassez de insumos para a indústria afetar todo o país, a indústria de Mato Grosso perde mais em competitividade devido à distância dos grandes centros, agregada à logística insuficiente. Segundo a federação, a falta de embalagens e insumos no

estado deverá perdurar nos próximos meses.

“Com este cenário de escassez de insumos e de embalagens, as indústrias têm procurado fornecedores alternativos e [observa-se também] até ampliação de algumas fábricas desses produtos para atender à demanda crescente. Mas nada disso se resolve a curto prazo. [A estimativa] é que nos próximos meses teremos falta de matérias-

primas e de insumos para importantes setores industriais”, alerta Gustavo.

ALUMÍNIO - Em entrevista à Folha de S. Paulo, Milton Rego, presidente-executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), falou sobre a escassez de matérias-primas para a construção civil, como perfis e partes de janelas. Na ocasião, disse que a previsão é que em até

dois meses o mercado volte ao patamar do início da pandemia.

No caso da cerveja, que vem registrando ruptura nas prateleiras de supermercados, o presidente-executivo da Abal ressaltou que “não há falta sistêmica”.

“É muito mais esse tipo de coisa: alguém resolveu duplicar a produção e não tem [latinha] de um dia para o outro”, aponta Milton.

ATENÇÃO! CONTINUE COM AS MEDIDAS PREVENTIVAS CONTRA A COVID-19

Use a máscara de forma correta, lave bem as mãos com frequência, evite aglomerações, limpe as superfícies tocadas, mantenha o distanciamento social, se tiver febre, tosse ou dificuldade em respirar, procure assistência médica.



**A PANDEMIA
NÃO ACABOU.**



PREFEITURA
MUNICIPAL
DE CUIABÁ